

J. R. Guzzo Pior que a ditadura militar

mundo começa a saber, enfim, que existe censu-ra no Brasil, que isso viola a Constituição brasileira e que o responsável direto por criar, impor e manter essa situação ilegal é o mais alto tribunal de Justiça do País. A divulgação, por deputados da comissão judiciária da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, de que o STF praticou pelo menos 88 atos de censura, envolvendo 400 usuários, não vai mudar a sua conduta. Se os ministros não respeitam as leis do seu próprio país, por que iriam se incomodar com as leis dos Estados Unidos? Mas, a partir de agora, não

vão poder mais contar com o conforto de fazer o que fazem e se exibir como marechais de campo da democracia em Nova York, Lisboa ou Paris.

O Brasil inteiro já sabe, há anos, que há censura nas redes sociais, e que cidadãos são presos, multados, levados para depor na polícia, têm as suas contas bancárias bloqueadas e os seus celulares confiscados por dizerem o que pensam - enfim, o cardápio quase completo dos Estados policiais. Mas não podem fazer nada para se defender do STF. Estão sob a maldição oficial de serem "golpistas", "fascistas", malfeitores que querem destruir a "democracia" - e, como tal, em nome dos mais elevados interesses da Pátria, não têm direito à proteção da lei. Não são informados das infrações que teriam come-

Cidadãos não podem fazer nada para se defender do STF. Estão sob a maldição oficial de serem 'golpistas'

tido. Seus advogados não têm acesso às acusações. Não podem recorrer de nenhuma decisão. É tudo ilegal. Mas o juizado supremo diz que é tudo legal. A censura no Brasil de hoje é

pior do que a censura da ditadura militar. A repressão só perseguia, então, quem escrevia ou falava contra o governo, mesmo porque não existia rede social. Hoje persegue todo mundo, porque todo mundo pode falar através da internet - o grande mal do século 21, segundo o ministro Alexandre de Moraes. O STF diz, naturalmente, que não há censura - tanto que o Estadão, por exemplo, está publicando este artigo. E daí? Há censura escancarada nas redes sociais. Do ponto de vista da liberdade de expressão dá exatamente na mesma. A liberdade de pensar é direito de todos os cidadãos, e não apenas dos jornalistas.

A reação ao gesto da Câmara americana, até agora, foi uma tristeza. De um lado, o STF diz que foram divulgados "meros ofícios", e não as suas "decisões fundamentadas". Que fundamentos? É tudo secreto. Além disso, a questão não é a natureza técnica dos papéis publicados-é a censura. De outro, há a obsessão de criminalizar Elon Musk, que detonou a história toda, o X, os deputados republicanos da Câmara, Donald Trump, a "conspiração da direita mundial", os "golpistas". Só não se discute o essencial: o STF está violando a lei. •

JORNALISTA

Milícia digital se reorganizou e tenta ganhar aderência da comunidade internacional, diz PF

Polícia Federal alerta STF sobre atuação de investigados na 'utilização da estrutura fora do território brasileiro'

RAYSSA MOTTA

A Polícia Federal (PF) avalia que investigados no inquérito das milícias digitais estão se reorganizando, após terem os perfis bloqueados nas redes sociais. O alerta foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O delegado Fábio Alvarez Shor afirma que o grupo montou estrutura fora do Brasil, para escapar de novos reveses na Justiça, e vem tentando "obter a aderência de parcela da comunidade internacional com afinidade ideológica". O objetivo, segundo a PF, é "impulsionar o extremismo do discurso de polarização e antagonismo aos poderes constituídos"

"Os investigados intensificaram a utilização da estrutura da milícia digital fora do território brasileiro com os objetivos de se furtar ao cumprimento das ordens judiciais e tentar difundir informações falsas", afirma.

As informações fazem parte de um relatório enviado ao STF na investigação sobre as ameaças do empresário Elon Musk, da rede social X, de reativar perfis bloqueados por ordem judicial. Segundo a PF, a plataforma vem permitindo que contas suspensas pelo STF façam transmissões ao vivo. "Os investigados nunca cessaram suas condutas criminosas. No entanto, nesse momento, vislumbra-se (...) a reativação dos perfis na plataforma X, por meio da disponibilização aos usuários brasileiros de links para acompanharem lives transmitidas fora do País pelos investigados."

ACÃO. Os investigadores destacaram que o modo de agir dogrupo é o mesmo do "gabinete do ódio" - impulsionamento de notícias falsas e ataques coordenados nas redes sociais para manter apoiadores mobilizados. Essas campanhas seriam organizadas às custas de alvos prede-

Relatório Documento afirma que foi detectado o mesmo modo de ação do 'gabinete do ódio

terminados. A PF concluiu que os investigados, ao escolherem os alvos, acionam um mecanismo que tem como elemento subjetivo, "a 'destruição' de reputações e a disseminação de notícias falsas para atingimento de um propósito, dentre eles: ataques virtuais a opositores; ataques às instituições (STF), ao sistema eletrônico de votação e à higidez do processo eleitoral; tentativa de Golpe de Estado e de Abolição violenta do Estado Democrático de Direito." •

